

## A realidade que está aí e um apelo à classe política

Menos de um mês após a sua confirmação no cargo de ministro da Fazenda e apesar de todo o seu conhecimento da máquina da administração pública, o sr. Mailson da Nóbrega e o resto da nova equipe econômica do governo começam a dar sinais de alarme com a desastrosa situação que estão encontrando. Projeções feitas no Ministério da Fazenda admitem que o déficit público já aponta de modo irreversível para algo entre 4 e 5% do PIB, mas fontes bem informadas afirmam que as projeções mais pessimistas do governo mostram que se medidas drásticas não forem tomadas ele poderá bater nos 7 ou 8% do PIB, o que acarretará uma inflação incontrolável.

Segundo essas fontes, o ministro Mailson da Nóbrega acreditava que poderia manter o déficit em 2,5% do PIB se o novo orçamento unificado fosse cumprido à risca, mas agora já se deu conta de que este orçamento já está profundamente comprometido tanto pela inflação muito superior à que tinha sido estimada nele (120% ao ano), quanto por despesas que já se sabe que serão muito maiores que as orçadas, como é o caso típico dos gastos com pessoal. Essas despesas quase dobraram de proporção em relação ao orçado depois que o presidente Sarney, em outubro passado, decidiu recompor os salários dos militares, depois que as estatais concederam aumentos generalizados muito superiores à inflação aos seus empregados e também em função da multiplicação descontrolada do número de funcionários contratados, em todos os níveis de governo, por políticos agraciados por serviços prestados ou tentando garantir a prestação de serviços futuros. O resultado final é que o gasto com salários previsto para janeiro (e cada previsão supera a anterior) é, agora, de 97 bilhões de cruzados, um nível que, segundo técnicos do Tesouro, "é muito difícil de suportar sem mudanças fiscais". Estas, porém, estão descartadas não só pela impossibilidade política de se voltar ao bolso dos contribuintes (de resto vazio) pouco mais de um mês após o último assalto do Leão, mas também pela impossibilidade constitucional de criar novos impostos que gerem receitas ainda este ano. Assim, mesmo que consiga o milagre — inédito na história do Brasil — de fazer com que o novo orçamento unificado seja cumprido à risca, o ministro Mailson da Nóbrega já sabe, agora, que não conseguirá reduzir o déficit ou a inflação por este expediente, ao contrário do que tinha imaginado dias atrás.

O novo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, propõe um forte aperto monetário, com elevação violenta dos juros. Tal medida poderia ser eficaz para frear temporariamente a inflação numa conjuntura de forte demanda. Mas com a demanda arrasada pelo arrocho salarial como está hoje no Brasil, é mais provável que um aperto da política monetária só sirva para provocar falências, demissões e aumentos de custos para as empresas, sem afetar sensivelmente a inflação. A propósito, o que, isto sim, é mais que provável é que a situação de arrocho salarial se constitua em mais um fator inflacionário, na medida em que está forçando o aumento da pressão reivindicatória à qual, como ficou demonstrado no caso dos metalúrgicos de São Paulo, as empresas privadas não se sentem nem com forças nem com disposição para resistir.

Na falta de opções, e premido pela impossibilidade de permanecer impassível diante de uma inflação que este mês será de 16,5%, no mês que vem de no mínimo 18% e no seguinte de ao menos 20%, o ministro Mailson da Nóbrega e sua equipe viram-se na incômoda situação de terem de desmentir seu discurso de apenas alguns dias atrás para desenterrarem os fantasmas do controle dos preços e dos salários (não falamos, é claro, dos salários das estatais, que não estão arrochados). Para os agentes privados da economia, que durante algumas semanas respiraram aliviados com os discursos antimágicas da nova equipe econômica, a mensagem caiu como uma ducha de água fria: ninguém mais lhes tirará da cabeça a idéia de que, premida pela falta de alternativas, a equipe econômica comece a acalentar a idéia de um novo choque, apesar de todos os desmentidos oficiais. Afinal, foi o limite de 16% ao mês de inflação que desencadeou o Plano Cruzado e, depois, o Plano Bresser...

Obviamente, os empresários privados não passaram a esperar a volta desta fatalidade porque concordem que não existam alternativas para resolver o problema com que se defronta a nossa economia, mas sim porque não têm nenhuma esperança de que existam condições políticas que permitam, a esta ou a qualquer outra equipe econômica que seja, atacar o problema onde ele está — ou seja, cortando drasticamente as despesas públicas — enquanto não houver uma renovação completa dos atuais quadros políticos por meio de eleições diretas e gerais. E este o sentido da proposta feita pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato, para que se esqueçam os canais convencionais que já provaram o que valem e se convoque um plebiscito para estabelecer a duração do mandato do presidente Sarney e, se quiserem, também a forma de governo futura, as duas questões que estão amarrando a vida do país sério. A verdade é que ninguém mais neste país espera nada — que não seja o pior —, tanto deste governo quanto deste Congresso ou desta Constituinte, cujos membros, neste momento, chafurdam sofregamente no mar de lama que veio junto com a luta pelo mandato.

Cientes há muito tempo de que a situação é esta de que começa a tomar consciência, alarmada, a nova equipe econômica, nada poderia acrescentar mais ao desânimo desses representantes do país sério do que os últimos espetáculos explícitos oferecidos pelos habitantes do país bandalho e, sobretudo, do que o convite à continuação da festa contido no "é proibido gastar mal" que o sr. José Sarney — aquele que acha que gastar com a Norte-Sul, com a Usimar, com propaganda personalista na televisão ou, o que é pior, com a compra desenfreada de votos para os cinco anos, é gastar bem — promete para a próxima segunda-feira...

O apelo que fazemos a seguir — sem grandes esperanças, confessamos, de que seja ouvido — não se dirige apenas ao presidente Sarney. Dirige-se, sobretudo, àqueles entre seus ministros que, assim que souberam da determinação do sr. Mailson da Nóbrega de "fechar o caixa", a não ser para despesas inadiáveis como o pagamento de salários, encaminharam à Secretaria do Tesouro pedidos até 15% maiores que suas necessidades nessa rubrica; dirige-se, sobretudo, aos governadores de Estados do partido da "transparência" que continuam queimando recursos públicos e forçando o aumento do déficit público para tentar comprar o seu caminho para a presidência de uma República que está correndo o risco iminente de deixar de existir; dirige-se, finalmente, aos membros da classe política brasileira que, de um modo ou de outro, estão participando da construção do país bandalho.

O nosso apelo é o seguinte: abram os olhos, senhores; a brincadeira acabou! A hiperinflação está à vista, e a hiperinflação é a porta de entrada do cemitério das democracias. Já são de tal ordem os estragos provocados por este infundável vale-tudo pelo prêmio que todos almejam no país bandalho que, agora, é a própria preservação desse prêmio que está em risco. Todos os paliativos já foram tentados e estão esgotados. Agora chegou a hora de entregar os anéis, pelo menos, para não perder tudo. O tamanho do Estado brasileiro — se quiserem que ele sobreviva — tem de ser reduzido a uma proporção compatível com a capacidade da Nação de sustentá-lo. Os sonhos de poder, as ambições de cada um, os delírios ideológicos, as querelas entre classes terão de ser postos de lado, ainda que momentaneamente e nem que seja para garantir que possam ser retomados mais à frente. E o naufrágio iminente, que matará a todos indistintamente, que tem de ser evitado. Todo o país sério já entendeu esta realidade tremenda e, hoje, só alimenta uma esperança: a de que ainda possamos sair deste

labirinto pelos caminhos, apesar de tudo suaves e pacíficos, que só a democracia oferece; a de que ainda possamos evitar que tenhamos de buscar esta saída rompendo paredes, deixando para trás mortos e feridos, e correndo o sério risco de, ao fim de tudo, ainda cairmos em outro beco sem saída...